



DISPENSA DE LICITAÇÃO- Nº 07

PROCESSO Nº **67/2018**

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Às nove horas do dia 20 do mês de julho de dois mil e dezoito, na sala de licitações, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitações, criada pela Portaria nº. 39/2018, reunida com o objetivo de analisar documentação e proposta apresentada pela empresa PRAXIS PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CNPJ Nº 05.410.312/0001-97, para prestação de serviço de assessoria em física médica e radioproteção em radiodiagnóstico, no setor de raio x do município.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM FÍSICA MÉDICA E RADIOPROTEÇÃO EM RADIODIAGNÓSTICO, NO SETOR DE RAIOS X DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24. É dispensável a licitação: (Lei 8666/93)

II - para outros serviços e compras de valores até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000 (oitenta mil reais);

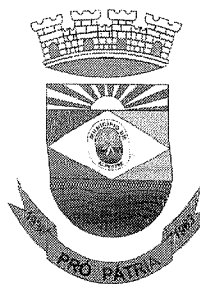
RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha e contratação da empresa PRAXIS PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CNPJ Nº 05.410.312/0001-97, fundamenta-se, pois conforme orçamentos em anexo, o valor apresentado pela referida empresa foi o mais baixo, sendo compatível com o valor de mercado.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta, por dispensa de licitação, para a contratação de empresa para a prestação de serviço de assessoria em física médica e radioproteção em radiodiagnóstico, no setor de raio x do município, o valor de R\$ 266,20 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, pelo período de 12 meses, totalizando o valor de R\$ 3.194,40 (três mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos), informado através de orçamento apresentado em anexo, aparenta encontrar-se compatível com o interesse

[Assinatura]



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações


42

público.

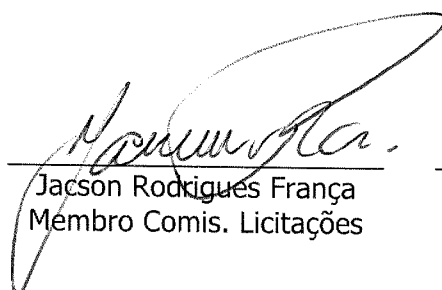
Nada mais a relatar foi lavrado o presente documento que será submetido á autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Alpestre, 20 de julho de 2018.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO



Marcos André Pasa
Presidente Comis. Licitações



Jacson Rodrigues França
Membro Comis. Licitações



Marcel Benites da Rosa Ibaldo
Membro Comis. Licitações



**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER TÉCNICO JURÍDICO.**

**PROCESSO Nº 67/2018, MODALIDADE:
DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2018 -
OBJETIVANDO: PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE ASSESSORIA EM FÍSICA
MÉDICA E RADIOPROTEÇÃO EM
RADIODIAGNOSTICO, NO SETOR DE
RAIO X DO MUNICÍPIO.**

A *C.P.L.* – Comissão Permanente de Licitação do Município de Alpestre-RS., solicita parecer sobre o procedimento de dispensa de licitação supra;

É o que passo a fazer, sob o prisma estritamente jurídico.

Trata-se de procedimento administrativo, onde a Comissão Permanente de Licitação busca a dispensa de Abertura de Licitação para "Prestação de serviço de assessoria em física médica de radioproteção em radiodiagnóstico, no setor de raio X do Município de Alpestre."

Inicialmente, cabe ressaltar que a contratação de obras, serviços, compras e alienações a ser feita por órgãos públicos deverá ser precedida, em regra, por licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o artigo 2º da Lei n.º 8.666/93. Assim, tem-se que a contratação de obras, serviços, compras e alienações a ser feita por órgãos públicos, deverá ser precedida, em regra, por licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o artigo 2º da Lei n.º. 8.666/93, porém, no presente caso, a contratação por dispensa de licitação encontra amparo legal no art. 24, inc. II da Lei n.º. 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a
licitação:

PREFEITURA MUNICIPAL

ALPESTRE



2017/2020
ADMINISTRANDO COM O POVO



II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (...)

Sucintamente, o mestre Hely Lopes Meirelles versa sobre a licitação: "Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

A licitação nos contratos é a regra, porém a Lei nº. 8.666/93 apresenta situações especiais em que poderá haver a dispensa da licitação nas contratações feitas pela Administração Pública.

Como toda regra tem sua exceção, a Lei de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que se preenchidos os requisitos previstos na lei.

Dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei nº. 8.666/93.

O mestre Marçal Justen Filho versa precisamente sobre os motivos que levam a dispensa da licitação: "a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir".

Continua o mestre, agora versando sobre o princípio da economicidade, que deve ser observado em todos os atos administrativos: "... Não basta honestidade e boas intenções para validação de atos administrativos. A economicidade impõe adoção da solução





mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos".

É evidente que os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, entretanto devem obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

Nesta linha de pensamento, encontramos a lição de Antônio Roque Citadini: "Conquanto esteja desobrigado de cumprir tais etapas formais, não estará o administrador desobrigado da obediência aos princípios básicos da contratação impostos à Administração Pública. Assim, será sempre cobrada ao administrador a estrita obediência aos princípios: da legalidade (a dispensa deverá ser prevista em lei e não fruto de artimanha do administrador para eliminar a disputa); da impessoalidade (a contratação direta, ainda que prevista, não deverá ser objeto de protecionismo a um ou outro fornecedor); da moralidade (a não realização das etapas de licitação não elimina a preocupação com o gasto econômico dos recursos públicos, que deve nortear a ação do administrador); da igualdade (a contratação direta não significa o estabelecimento de privilégio de um ou outro ente privado perante a Administração); da publicidade (embora restrita, a contratação direta não será clandestina ou inacessível, de modo que venha a impedir que dela conheçam os outros fornecedores, bem como os cidadãos em geral); e da probidade administrativa (que é o zelo com que a Administração deve agir ao contratar obras, serviços ou compras)".

Assim, tem-se que a contratação de obras, serviços, compras e alienações a ser feita por órgãos públicos, deverá ser precedida, em regra, por licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, bem como o artigo 2º da Lei n.º. 8.666/93, porém, no presente caso, a contratação por dispensa de licitação encontra amparo legal no art. 24, inciso II da Lei n.º. 8.666/93.

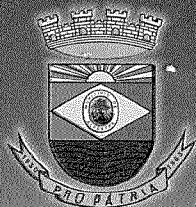
PREFEITURA MUNICIPAL

ALPESTRE



2017/2020

ADMINISTRANDO COM O POVO



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALPESTRE

Considerando que o processo administrativo está formalmente em ordem; há requisição com descrição dos serviços às fls. 01, cotação de preços, bem como dotação orçamentária prevista e demais formalidades.

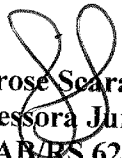
Considerando a escolha e contratação da empresa PRAXIS PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, CNPJ nº 05.410.312/0001 - 97, o valor da empresa foi o mais baixo, sendo compatível com o valor do mercado, além disso, deve ser levado em consideração certos requisitos: a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definição sobre a validade da contratação direta, por dispensa de licitação, para contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria em física médica e radioproteção em radiodiagnóstico, no raio X do Município.

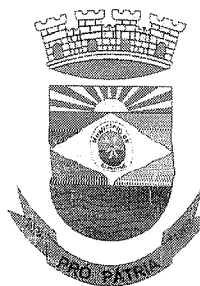
Considerando a constatação da regularidade do procedimento, tenho que a decisão da Autoridade Municipal contratante contém fundamentação de conveniência, oportunidade e sensibilidade na justiça do ato, em absoluto cumprimento às disposições legais.

Sou de parecer pela
RATIFICAÇÃO da DISPENSA DE PROCEDIMENTO
LICITATÓRIO, nos termos do art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Nestes termos é o parecer.

Alpestre, 20 de julho de 2018.


Linonrose Scaravonatto
Assessora Jurídica
OAB/RS 62.637



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO

Com base na decisão da Comissão de Licitações e no parecer Jurídico reconheço ser dispensável a licitação e ratifico o ato para a contratação da empresa PRAXIS PROTEÇÃO RADIOLOGICA, CNPJ Nº 05.410.312/0001-97, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA EM FÍSICA MÉDICA E RADIOPROTEÇÃO EM RADIODIAGNOSTICO, NO SETOR DE RAIOS X DO MUNICÍPIO, no valor de R\$ 266,20 (duzentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) mensais, pelo período de 12 meses, totalizando o valor de R\$ 3.194,40 (três mil, cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos), com base no Art. 24, Inciso II e 23, Inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Nº 67/2018, Dispensa Nº 07/2018.

Alpestre, 20 de julho de 2018.



RUDIMAR ARGENTON
Prefeito Municipal